

LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: um panorama do Programa Nacional do Livro e Material Didático

*Gabriela Souza Oliveira
Rafael Marques Gonçalves*

Resumo

O Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) desde 1985, ano de sua implementação, é responsável pela avaliação, aquisição e distribuição de Livros Didáticos no Brasil. O PNLD, assim como diversos programas e políticas públicas brasileiras surge no bojo de ações que pretendiam elevar a qualidade da educação no país, tendo em vista que uma educação de qualidade, em tese, consolidaria um desenvolvimento econômico e a redução da pobreza em um país pós-ditadura. Discutiremos neste trabalho os documentos nacionais, internacionais e marcos legais que o embasam e influenciaram sua implementação e ampliação, assim como questões ligadas ao seu financiamento. Para o alcance do que se propõem este trabalho utilizamos pesquisa bibliográfica e documental, como aportes teóricos contamos com as contribuições de Ball, 2004; Cassiano, 2013 e 2004; Costa, 2019; Libâneo, 2016; Mainardes, 2006. O Programa Nacional do Livro e Material Didático, emerge de documentos nacionais e tem sua ampliação e reestruturação influenciado por orientações de órgãos multilaterais. Dadas as suas ampliações, o programa atualmente figura como um dos maiores do mundo, desta forma o volume de recurso destinados a ele cresceu proporcionalmente a sua expansão, dando abertura para multinacionais e mercados internacionais de produção de livros a atuarem na produção dos livros didáticos para o Brasil.

Palavras-chave: Financiamento – PNLD - política educacional.

THE DIDACTIC BOOK IN BRAZIL: an overview of the National Program of Book and Didactic Material

Abstract

Since 1985, the year of its implementation, the National Program of Book and Didactic Material is responsible for the evaluation, acquisition and distribution of textbooks in Brazil. The PNLD, as well as several Brazilian public programs and policies, arose in the wake of actions intended to raise the quality of education in the country, considering that a quality education would consolidate economic development and poverty reduction in a post-dictatorship country. In this paper, we will discuss the national and international documents and legal frameworks that support and influence its implementation and expansion, as well as issues related to its funding. In order to achieve the goals of this work, we used bibliographical and documental research, with the theoretical contributions of ball 2004; cassiano 2013; cassiano 2004; costa 2019; libâneo 2016; mainardes 2006. The National Program of Books and Teaching Materials emerges from national documents and has its expansion and restructuring influenced by guidelines from multilateral agencies. Given its expansions, the program currently stands as one of the largest in the world, so the volume of resources allocated to it grew proportionally to its expansion, opening the way for multinationals and international book production markets to act in the production of textbooks for Brazil.

Keywords: Funding - PNLD - education policy.

LIBROS DIDÁCTICO EN BRASIL: panorama del programa nacional de libros y material didáctico

Resumen

El Programa Nacional de Libros de Libros y Material Didáctico, desde 1985, año de su implantación, es responsable de la evaluación, adquisición y distribución de los libros de texto en Brasil. El PNLD, al igual

que varios programas y políticas públicas brasileñas, surge a raíz de las acciones que pretendían elevar la calidad de la educación en el país, considerando que una educación de calidad en teoría consolidaría un desarrollo económico y la reducción de la pobreza en un país post-dictadura. En este trabajo discutiremos los documentos nacionales e internacionales y los marcos legales que apoyan e influyen en su aplicación y

expansión, así como las cuestiones relacionadas con la financiación. Para lograr lo que se propone en este trabajo, se utilizó la investigación bibliográfica y documental, con los aportes teóricos de BALL 2004; CASSIANO 2013; CASSIANO 2004; COSTA 2019; LIBÂNEO 2016; MAINARDES 2006. El Programa Nacional de Libros y Material Didáctico surge de documentos nacionales y su ampliación y reestructuración se ve influida por las directrices de los organismos multilaterales. Dada su expansión, el programa aparece actualmente como uno de los más grandes del mundo, por lo que el volumen de recursos destinados a él creció proporcionalmente a su expansión, dando apertura a las multinacionales y los mercados internacionales de producción de libros para actuar en la producción de libros de texto para Brasil.

Palabras clave: Financiación - PNLD - política educativa.

Introdução

O Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), não inaugura no Brasil a distribuição de livros didáticos para alunos das escolas públicas, anteriormente essa função era exercida por meio do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidéf) executado pelo Instituto Nacional do Livro (INL), tal configuração vigorou de 1971 a 1985 ano em que foi substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Instituído em 1985 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), é a política pública que efetiva a avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos no Brasil, desde sua implementação o programa passou por algumas mudanças e ampliações acompanhando o desenrolar da educação pública brasileira, atualmente contando com diversas versões do PNLD, que atendem toda a educação básica, exceto educação infantil, e modalidades como a Educação de Jovens e Adultos, além dos livros didáticos são distribuídos livros paradidáticos como dicionários para as escolas públicas.

Com a expansão da amplitude do atendimento do PNLD no país, verifica-se que o mercado editorial de livros didáticos para as escolas públicas brasileiras tornou-se um “negócio” rentável para as editoras privadas, o volume de recursos despendido para a viabilização deste programa é gigantesco, fazendo com que a iniciativa privada grande parte formada por poderosos grupos editoriais olhassem esse programa como uma oportunidade de lucro enorme.

Atualmente o PNLD figura como um dos maiores programas do mundo quando se refere a distribuição e aquisição de Livro Didático, tornando-o assim uma política pública com dimensões grandiosas.

Outro aspecto a salientar diz respeito ao que Stephen Ball e Richard Bowe denomina como contexto da influência, este inserido no ciclo de políticas modelo de análise de políticas públicas educacionais desenvolvido por Stephen Ball e Richard Bowe. O ciclo de políticas se subdivide em cinco contextos, sendo eles contexto da influência, da produção de texto, da prática e por fim os contextos dos resultados ou efeitos e da estratégia política.

Segundo Mainardes (2006) a formulação inicial do ciclo de políticas por Ball era composta por arenas ou facetas sendo elas: política proposta, política de fato e a política em uso.

Todavia em 1992 no livro “Reforming Education and changing schools” de Ball e Bowe, eles rompem com a formulação inicial e reelaboram o ciclo, tendo em vista que os autores defendem a perspectiva de que as dimensões da política educacional não são uma sequência ordenada tão pouco etapas lineares. Resultante desta reformulação Ball e Bowe apresentam um ciclo contínuo que é constituído por três contextos, a saber: contexto da influência, contexto da produção e o contexto da prática, segundo Mainardes (2006 p. 50) apud. Bowe et al. (1992) “cada

um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesses e cada um envolve disputas e embates”, desta forma dentro de cada contexto e na relação entre eles existe a complexidade que envolve as disputas políticas de como fazer determinadas ações.

Em 1994 no livro *Education reform: a critical an post – structural approach*, Stephen Ball amplia o ciclo de políticas incorporando mais dois contextos ao referencial, sendo eles o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política.

Trataremos neste artigo especificamente do contexto da influência, neste são formados os discursos que embasaram a política educacional, os discursos em construção são por vezes reforçados outras tantas negado e desafiado este é um processo natural dentro deste contexto “[...]é nesse contexto que os grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado” Mainardes (2006 p.51).

Outro aspecto deste contexto diz respeito a influência globais e internacionais que segundo Mainardes (2006) por ser visto de duas maneiras: a primeira é o fluxo de ideias por redes políticas e sociais que pode se dar das seguintes formas a) circulação internacional de ideias; b) empréstimo de políticas; c) grupos e indivíduos que “vendem” soluções no mercado político e acadêmico. A segunda é o patrocínio e, em alguns aspectos a imposição de algumas “soluções” oferecidas e recomendadas por agências multilaterais (Banco Mundial, UNESCO, FMI, entre outros).

Dado que o PNLD, como veremos a seguir, em sua promulgação e ampliação teve como marcos documentos internacionais e nacionais, assim como recomendações de organismos multilaterais. Ressaltamos que o programa contribui de maneira significativa para a educação brasileira, oportunizando aos alunos e professores terem esse recurso que se constitui o livro didático, contudo se faz necessário observar e refletir sobre todos os aspectos que permeiam essa política pública, e como as esferas políticas e econômicas tem suas ações engendradas neste programa.

Este trabalho tem por objetivo apresentar um panorama sobre o Programa Nacional do Livro e Material Didático, tendo em vista os dispositivos legais, documentos e recomendações que permeiam a sua implementação e ampliação, versaremos ainda sobre o financiamento do programa, que dada a sua amplitude se constitui como um campo fértil para as investidas mercadológicas.

Para o alcance dos objetivos propostos realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, de modo a subsidiar teoricamente o corpo deste artigo. Os aportes teóricos que embasaram a categoria de estudos sobre o Programa Nacional do Livro Didático utilizaremos os trabalhos de CASSIANO 2013. Para tratar de questões referentes ao ciclo de políticas contaremos com as contribuições de MAINARDES (2006), quanto as influências dos organismos multilaterais na política educacional brasileiro e questões mercadológicas que permeiam a política pública em educação utilizaremos como embasamento autores como LIBÁNEO 2016; BALL 2004 e COSTA 2019. Como fonte documental utilizaremos a legislação e documentos que permeia a promulgação e ampliação do PNLD.

O artigo será organizado em três tópicos, no primeiro serão apresentados os marcos legais, documentos e orientações nacionais e internacionais que influenciaram o programa ao longo dessas três décadas de execução no Brasil. Posteriormente, discutiremos de maneira breve questões ligadas ao financiamento e questões mercadológicas que permeiam o PNLD. Por fim, concluiremos com as considerações finas acerca das questões discutidas neste trabalho.

Alguns documentos e marcos legais

O PNLD é instituído em um momento pós-período ditatorial em que o Brasil passava por um processo de redemocratização do país, desta forma as políticas públicas se voltam, também, para as questões sociais.

Dentre essas questões a educação figurou como uma prioridade, Cassiano (2013) destaca que o documento intitulado *Educação para Todos: caminho para mudança* redigido em 1985 pelo

então ministro da educação, Marco Maciel, se constituiu como a proposta do governo pós ditadura de ensino a políticas públicas que poderiam reparar a situação educacional do país e o PNLD surge no bojo desse movimento pela busca de uma educação de qualidade e sua ampliação do acesso à escola para as classes populares. O Educação para todos deriva de um documento mais amplo denominado *Compromisso com a Nação*, este um documento constitutivo da Aliança Democrática formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a da Frente Liberal.

Nos escritos de *Compromisso com a Nação* são estabelecidos compromisso ditos como fundamentais para a reestruturação do Brasil, em todos os aspectos. No tocante a educação um tópico é destinado as suas “necessidades”, como veremos no trecho a seguir do documento que estabelece como prioridade a “[...]educação fundamental para todos. Fortalecimento da Universidade e efetivação de sua autonomia. Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural”. MACIEL (2010 p. 18)

Na proposta Educação para Todos: caminho para mudança (1985), encaminhada ao então presidente José Sarney, o livro didático surge na secção intitulada: programa de ação imediata na forma de “[...]assistência a todo aluno carente pelo fortalecimento de livro e material didático e merenda escolar”. MACIEL (1985 p. 15)

Esses dois documentos, principalmente, impulsionam a implementação do PNLD no Brasil, trazendo consigo mudanças relevantes no que diz respeito ao programa de distribuição de livros didáticos, que o precedeu. Nota-se que assim como a maioria das políticas educacionais brasileiras, anteriormente a decretos e instituição legal de programas existem as influências políticas e sociais, principalmente políticas, na constituição de políticas públicas educacionais.

Então em 1985 por meio do Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985 é instituído o Programa Nacional do Livro Didático, que inaugura alguns aspectos em relação à escolha que passa a ser feita, também, pelos professores da educação básica e a reutilização do livro por mais de um ano letivo em cada série.

Como pode ser observado neste artigo do decreto “art. 1º. Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau”(BRASIL,1985), a aquisição e distribuição de livros didáticos eram direcionados ao primeiro grau.

Outro documento que podemos destacar aqui surge no início dos anos 1990, e o *Plano Decenal de Educação para Todos* (MEC, 1993), este emerge como resultado de um acordo firmado internacionalmente pelo governo brasileiro na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que aconteceu em 1990 em Jomtien.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, aconteceu em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia, este encontro reuniu representações de mais de 150 países e 150 entidades não governamentais, onde juntos lançaram neste evento a *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos*, onde os países presentes se comprometeram a formular um plano, a partir dessa declaração, para atender as necessidades de cada país no que diz respeito a educação básica. Este evento teve como organizadores a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco Mundial.

Cassiano (2013) versa sobre como o *Plano Decenal de Educação para Todos* apresentava em seu texto as “orientações” dessa conferência e dos organismos que a organizaram.

O Plano decenal de educação para todos 1993-2003 delimitava em quais esferas deveriam concentrar os esforços e recursos, assim como quais estratégias deveriam ser adotadas para alcançar a universalização da Educação Básica no Brasil, assegurando padrões de qualidade básicos. (CASSIANO, 2013, p. 78)

Dentre essas estratégias o livro didático figurava como uma das principais, por conta de ser uma recomendação não somente para o Brasil, mas para todos os países em desenvolvimento onde os organismos multilaterais atuavam com maior incidência.

Nos anos 1990, a política educacional que, entre outras medidas privilegia o livro didático, ancorando a busca de uma educação com qualidade, não ficou restrita a questão brasileira, visto que constou nas orientações do Banco Mundial a concessão de financiamento para os chamados países em desenvolvimento. De fato, tal política foi efetivamente implementada em outros países da América Latina e do Caribe, na forma de financiamento para grandes programas de aquisição e distribuição de livros didáticos podendo ser considerada um marco da política educacional dessa década nos países da região. (CASSIANO 2013 p. 79-80)

Observando e analisando esses dois documentos e como eles se entrelaçam com a política do livro didático, o primeiro no âmbito mais nacional em momento que o país encerra um dos seus momentos mais sombrios, a ditadura militar. Este contribui para a implementação do PNLD. O segundo traz uma perspectiva mais global e internacional de das políticas públicas educacionais que seguem as prescrições de organizações financeiras e multilaterais. Podemos inferir que assim como em outros países subdesenvolvidos que as políticas educacionais são delineadas quase que em sua maioria por orientações de organismos multilaterais. Sobre esta questão Libâneo (2016) assevera que:

Atualmente, as políticas educacionais têm seu lastro em orientações de organismos internacionais, tal como analisadas anteriormente, desde a adesão do governo brasileiro às recomendações formais expedidas pelas Conferências Mundiais sobre Educação para Todos e outros eventos patrocinados pela Unesco e Banco Mundial. Há suficiente análises na pesquisa que comprovam essas ligações, nos sucessivos governos após o período de transição democrática. (LIBÂNEO, 2016, p. 48)

Subsequente a divulgação e disseminação desses documentos, *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e Plano Decenal de Educação para Todos*, acontece várias alterações no PNLD que serão apresentados a seguir.

Entre 1993 e 1994, é publicado pelo então Ministério de Educação e Desporto o documento “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” MEC/FAE, onde se apresentava critérios para avaliação dos livros de Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências para as séries iniciais do ensino fundamental.

Posteriormente a este documento é publicado em 1996 o “Guia de Livros Didáticos” um compêndio com avaliações dos livros didáticos que eram direcionados aos professores com o intuito de contribuir para a escolha do LD. O Guia do Livro Didático ainda é utilizado pelos professores para o auxílio na escolha do livro.

Em 2003 por meio da Resolução CD FNDE nº. 38, de 15/10/2003, é instituído o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), posteriormente no ano de 2007 é publicada a Resolução CD FNDE 18, de 24/04/2007, onde é regulamentado o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Em setembro de 2009 a resolução CD FNDE nº. 51, de 16/09/2009, instaurou o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). No mesmo ano foi publicada a Resolução CD FNDE nº. 60, de 20/11/2009, que em seu artigo segundo define que:

Art. 2º Para participar do PNLD, as escolas federais e as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal deverão firmar um termo de adesão específico, a ser disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (BRASIL, 2009)

Definindo a partir disto novas regras para a participação no PNLD, desta forma as escolas públicas e federais deveriam aderir ao programa para serem contempladas com os livros didáticos.

Observa-se a partir do exposto que o PNLD ao longo dos trinta e três anos de vigência através de documentos e dispositivos legais conseguiu se aperfeiçoar para atender as demandas que deveriam ser executadas pelo programa, que iniciou atendendo apenas os anos iniciais do ensino fundamental e atualmente atende toda a educação básica. Assim como fica claro a ação na forma de recomendações dos organismos internacionais na formulação das políticas educacionais brasileiras, assim como nos países subdesenvolvidos o que acaba por criar um padrão de soluções educacionais internacionais que acabam sendo implementados nestes países. No tópico a seguir trataremos de questões relativas ao financiamento e interesses mercadológicos enraizados no PNLD, devido ao volume de recursos despendidos para viabilidade desse programa.

Financiamento do Programa Nacional do Livro e Material Didático

Como salientado anteriormente, ao longo de pouco mais de três décadas o programa foi ampliado a quase todos os níveis da educação básica, salvo a Educação Infantil, logo com a expansão do PNLD o volume de recursos teve um aumento significativo.

O programa desde sua implementação foi financiado pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE), contudo em 1997 o programa passa por mudanças ligadas ao financiamento que passa a ser responsabilidade integral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com a extinção da FAE o PNLD passa a ser financiado e executado pelo FNDE.

Ao longo dos anos o PNLD passou por diversas mudanças, supracitadas anteriormente, uma dessas alterações, talvez a mais significativa, deve-se ao fato de que o crescimento da amplitude do programa foi proporcionalmente equivalente ao crescimento do mercado editorial de livros didáticos no Brasil, como afirma Cassiano (2013):

De 1985 até o início do século XXI, o mercado editorial escolar do Brasil foi substancialmente alterado: passou da concentração das editoras familiares para o oligopólio dos grandes grupos empresariais (nacionais e internacionais, com destaque para o empresariado espanhol). (CASSIANO, 2013, p. 23)

Consequentemente a esse fenômeno e a ampliação do PNLD, o volume de recursos destinados ao programa cresceu de forma significativa. Tornando assim o mercado editorial do livro didático no país um negócio rentável para empresas nacionais e internacionais, no caso o mercado espanhol.

O PNLD é um programa que despende de um volume significativo de recurso para sua execução, conforme dados apresentados nos relatórios de gastos do MEC e no endereço eletrônico do FNDE podemos ter um panorama da verba destinada ao programa em todas as suas etapas, em 1995 os recursos utilizados chegam a uma somatória de aproximadamente 125 milhões de reais, em 2012 esse valor chegou a 443 milhões de reais.

Dados disponibilizados no site do FNDE, demonstram o crescimento ainda maior dos recursos para a compra de exemplares para o PNLD como podemos observar a seguir as cifras que em 2012 estavam na casa dos milhões, em 2018 esse volume chega à casa dos bilhões

Tabela 1 – PNLD ano de distribuição 2018

Ano do PNLD	Atendimento	Escolas beneficiadas	Alunos beneficiados	Exemplares	Valores (R\$)
					Aquisição
	Anos iniciais E. F.	39.465	9.569.765	26.359.755	239.238.536,30
	Anos finais E. F.	46.312	9.818.107	27.615.896	251.757.569,09

PNLD 2018	Ensino Médio	19.921	7.085.669	89.381.588	879.770.303,13
	PNLD Campo	55. 619	2.588.165	7.167.788	50.305.263,29
	Educação Jovens e Adultos – EJA	28.488	2.075.973	3.374.120	46.160.440,28
	Total PNLD 2018	117.566	31.137.679	153.899.147	1.467.232.112,09

Fonte: Adaptado do sítio eletrônico do FNDE (2019)

A partir do exposto, sobre o volume de recurso disponibilizado para a execução do PNLD, podemos inferir que de fato ele se constitui como uma oportunidade lucrativa para o capital que consegue, no caso no PNLD, captar uma grande soma de cifras dos cofres públicos. A educação escolar pública se constitui efetivamente como um âmbito de interesse do capital, para o investimento e ganho de capital, corroborando com essa perspectiva Ball (2004) afirma que

Cada vez mais, o mundo dos negócios enfoca os serviços de educação como uma área em expansão, na qual lucros consideráveis devem ser obtidos[...] as instituições do setor público estão sendo “repensadas” como oportunidades de lucros. Muitos dos maiores atores na Indústria dos Serviços Educacionais (Education Services Industry) estão associados a multinacionais e investidores de capital com interesses e influências internacionais enormes e diversos [...] para elas os serviços de educação não passam de mais uma oportunidade de negócios, sem especificidade particular. (BALL, 2004, p.1111-1112)

Outro aspecto que deve ser observado são as nuances da relação público-privado perceptíveis no programa, visto que este fenômeno não acontece apenas de maneira estandardizada ocorre também, talvez essa seja a maneira mais eficiente, de forma “sutil” e velada. Costa (2019) trata sobre essa questão incidindo sobre essa relação entre o público e o privado, e a diversas formas de como pode ser materializado essa relação nas políticas educacionais.

A reforma educacional materializada com e a partir da LDB (Lei n. 9394/96) abriu possibilidades para criação de complexos arranjos entre setores públicos e privado, da elaboração à execução de políticas; abertura para competição e criação de quase-mercados no interior dos sistemas públicos de ensino; aquisição de material didático/apostilado pelo poder público; indústria de avaliações; e contratos de gestão com Organizações Sociais (OS), entre outras. (COSTA, 2019, p. 171)

O PNLD se configura como uma política educacional que traz em seu engendramento essa relação entre o setor público e privado, dado que sendo uma política pública, contudo os exemplares em sua maioria são produzidos e vendidos por grandes grupos editoriais, uma injeção de capital em empresas privadas que se efetiva com recursos públicos via FNDE, ou seja, pelo Estado.

Considerações finais

Ao analisarmos o Programa Nacional do Livro e Material Didático e apresentarmos um panorama de como este ao longo de três décadas vem desenvolvendo suas ações, como a política educacional responsável pela chegada massiva do livro às escolas brasileiras, observa-se que este surge como uma reformulação de uma política pública anterior - Pfnidef - que buscava em um período de redemocratização do país e democratização do acesso à escola elevar os índices de qualidade da educação brasileira.

Contudo nota-se ao examinar os documentos apresentados ao logo do artigo que o Brasil na década de 1990, não foi exceção a onda de internacionalização de padrões de políticas públicas para os países subdesenvolvidos, o PNLD é um exemplo desta afirmativa, tomando como princípio

os documentos norteadores que permearam as suas ações como foi o Plano Decenal de Educação para Todos (1993), fruto de acordos internacionais firmados na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos na Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, que em Jomtien, na Tailândia em 1990.

Ao longo dos anos o programa foi alcançando mais etapas da educação básica e modificando suas formas de avaliação, escolha e distribuição. Com a sua ampliação a demanda de recurso sobe de forma avassaladora, sendo assim uma forma de grupos empresariais nacionais e internacionais conseguirem lucros a partir da produção e venda para o Estado dos seus livros didáticos, constituindo o PNLD como um negócio altamente rentável aos olhos do mercado editorial.

O PNLD atualmente ainda se configura como a política pública responsável pela aquisição, avaliação e distribuição de livros didáticos para escolas públicas. Suas dimensões são grandiosas, em todos os aspectos: amplitude do programa, alcance de escolas e alunos de escolas públicas e volume de recursos necessário para sua execução, figurando como um dos maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo. O programa contribui de maneira significativa para a democratização do acesso ao material didático na educação básica brasileira, todavia a de ser analisar e refletir sobre as múltiplas influências e nuances que o constituem como um caminho de compreendermos os pormenores de políticas educacionais vigentes em nosso país.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem estar. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

BRASIL. *Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985*. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=514182&id=14337288&idBinario=15708004&mime=application/rtf>. Acesso em 04 de fev. de 2019.

CASSIANO, C. C. F. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

COSTA, M. O. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relação público-privada: mapeando conceitos, tendências e influências na educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n 1, p. 159-179, jan./abr. 2019.

FNDE. *Programas do livro*. Dados estatísticos. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em 02 de ago. 2019.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. *Cadernos de pesquisa*, v. 46, n. 159, p.38-62, jan./mar. 2016.

MACIEL, M. Compromisso com a educação. *Revista de informação legislativa*, v. 47, n. 187, p. 9-19, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198652/000836750.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02 de ago. de 2019.

MACIEL, M. *Educação para todos*. Brasília: Ministério da Educação, 1985. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/200466/educacaoparatodos.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

Resolução/CD/FNDE nº 60, de 20 de novembro de 2009. Dispõe sobre O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3369-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-60-de-20-de-novembro-de-2009> . Acesso em 05 de fev. 2019

Submetido em dezembro de 2020

Aprovado em março de 2021

Informações do(a)s autor(a)(es)

Gabriela Souza Oliveira

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre.

E-mail: gabriella051054@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2771-0662>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/079334661777960>

Rafael Marques Gonçalves

Pós-Doutorando em Educação na Universidade Federal do Paraná. Bolsista da PROCAD-AMAZÔNIA/CAPES. Doutor em Educação e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Professor Adjunto da Universidade Federal do Acre

E-mail: rafamg02@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9038-1542>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0460662499829326>